

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1998

SUMÁRIO

	Página
I. INTRODUÇÃO	1
II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GERENCIAL	2
II.1 Equipe Reitorado 1998-2002	2
II.2 Organograma	2
III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3
III.1 Introdução	3
III.2 Metodologia	4
III.3 Cronograma	5
III.4 Diagrama do Ciclo de Planejamento Estratégico .	6
III.5 Planejamento Estratégico na UFMG - Missão, Análise Ambiental e Visão	7
IV. ATIVIDADES DE GESTÃO	14
IV.1 Proposta de Autonomia	14
IV.2 Planejamento Físico	15
IV.3 Manutenção Física	18
IV.4 Revisão dos Contratos Terceirizados / Descentralização	18
IV.5 Gestão da Informação	19
IV.6 Reforma do Estatuto da UFMG	19
IV.7 Hospital Universitário	19
V. ATIVIDADES DE GRADUAÇÃO	21
V.1 Flexibilização Curricular	21
V.2 Novos Cursos	21
V.3 Avaliação	21
V.4 Outras Ações e Decisões	22
V.5 Bolsas de Graduação	22
VI. ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO	23
VII. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	25
VIII. ATIVIDADES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	26
IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO - 1998

I. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - é uma Instituição de Ensino Superior, constituída sob a forma de autarquia educacional de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, com personalidade jurídica própria e autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo como objetivos fundamentais o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Universidade de Minas Gerais foi criada em 1927 (Lei Estadual nº 956, de 07.09.1927), incorporando escolas e faculdades isoladas existentes em Belo Horizonte na época. Foi federalizada em 1949 (Lei Federal nº 971, de 16.12.1949) e, em 1965, por determinação do Governo Federal, passou a denominar-se Universidade Federal de Minas Gerais.

A UFMG conta com 19 unidades acadêmicas de ensino superior, nas quais funcionam 93 departamentos que ministram 40 cursos de graduação, 39 cursos de especialização e residência médica, 52 mestrados e 30 doutorados, além de aproximadamente 330 cursos de extensão. Em todas essas atividades atuam cerca de 2.500 professores, com mais de 80% em regime de dedicação exclusiva. Cerca de 92% dos professores são pós-graduados, sendo que mais de 1.100 são doutores. A UFMG mantém cerca de 25.000 alunos regularmente matriculados, além de aproximadamente 20.000 em cursos de extensão. No último Concurso Vestibular, foram oferecidas 4.017 vagas.

No seu quadro técnico e administrativo, a UFMG conta com cerca de 4.500 funcionários, sendo mais de 88% nos níveis superior e médio.

A atual gestão da UFMG, cujo mandato iniciou-se em 17 de março de 1998, procurou dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela gestão anterior, com ajustes visando a sua adequação ao plano de metas para o quadriênio 1998-2002, paralelamente a um conjunto de novas ações associadas a esse plano de metas.

No presente documento procurou-se, de forma objetiva, estabelecer os aspectos principais associados ao plano de metas dessa nova gestão, destacando-se as várias ações implementadas em 1998, com uma análise crítica dos resultados já alcançados.

Os dados detalhados sobre a instituição e sua produção no ano de referência, incluindo estrutura organizacional e gerencial da Universidade, área física construída e ocupada, corpos docente e técnico-administrativo, resultados estatísticos relativos ao desempenho dos alunos de graduação e de pós-graduação, e quadro financeiro compõem o Relatório Anual de Atividades 1998 - Boletim Estatístico que ainda está em processo de elaboração, na medida em que os dados finais só puderam ser disponibilizados pelos diversos setores responsáveis a partir de março de 1999, face ao deslocamento do calendário escolar.

II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GERENCIAL

II.1 Equipe Reitorado 1998-2002

Reitor: Francisco César de Sá Barreto
Vice-Reitora: Ana Lúcia Almeida Gazzola
Chefe de Gabinete: Márcio Quintão Moreno
Pró-Reitor de Administração: Luiz Felipe Vieira Calvo
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Roberto Fernando de Souza Freitas
Pró-Reitor de Extensão: Edison José Corrêa
Pró-Reitor de Graduação: José Nagib Cotrin Árabe
Pró-Reitor de Pesquisa: Paulo Sérgio Lacerda Beirão
Pró-Reitor de Pós-Graduação: Ronaldo Antônio Neves Marques Barbosa
Assessora Especial do Reitor para Recursos Humanos: Terezinha Abreu Gontijo
Assessora de Cooperação Internacional: Maria Sueli de Oliveira Pires
Assessora de Cooperação Institucional: Maria Cecília Diniz Nogueira
Assessor de Tecnologia da Informação: Márcio Luiz Bunte de Carvalho
Diretor de Divulgação e Comunicação Social: João Bosco Jardim Almeida
Procurador Geral: Werther Botelho Spagnol

II.2 Organograma

O organograma básico da UFMG é composto, em linhas gerais, pelos Órgãos de Deliberação Superior e Fiscalização Econômica-Financeira, pelos Órgãos da Administração Central, envolvendo a Reitoria com Órgãos Integrantes, Auxiliares e Suplementares, e pelas Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais.

Em 1998, foram feitas mudanças no organograma, conforme detalhado abaixo, envolvendo os Órgãos da Administração Central. Tais mudanças foram feitas com o objetivo de proporcionar:

- maior agilidade gerencial a áreas estratégicas, como o caso da Tecnologia da Informação;
- maior visibilidade a programas considerados estratégicos, como o caso da Educação à Distância.

As modificações no organograma foram as seguintes:

- 1) Extinção da “Comissão de Informática”
- 2) “Departamento de Planejamento Físico e Obras” passa a ser vinculado à Pró-Reitoria de Administração
- 3) Extinção da “Coordenadoria de Cooperação Internacional”
- 4) Extinção da “Assessoria”
- 5) Criação de Assessorias vinculadas à Reitoria (Órgãos Integrantes):
 - Assessoria Especial do Reitor para Recursos Humanos
 - Assessoria de Cooperação Institucional
 - Assessoria de Cooperação Internacional

- Assessoria de Educação à Distância
- Assessoria de Tecnologia da Informação
- Diretoria de Divulgação e Comunicação Social

- 6) O Órgão Auxiliar “Centro de Computação” passa a ser vinculado à Assessoria de Tecnologia de Informação
- 7) O Órgão Suplementar “Laboratório de Computação Científica” passa a ser vinculado à Assessoria de Tecnologia de Informação
- 8) O Órgão Auxiliar “Coordenadoria de Comunicação Social” passa a ser vinculado à Diretoria de Divulgação e Comunicação Social
- 9) O Órgão Suplementar “ Centro Audiovisual” passa a ser vinculado à Diretoria de Divulgação e Comunicação Social

III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

III.1 Introdução

O planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para a administração de processos com um nível de complexidade como o de uma instituição federal de ensino superior. É o instrumento que permite ao dirigente o estabelecimento de um conjunto de ações a serem empreendidas para a situação em que o futuro tende a ser diferente do passado. Pressupõe a necessidade de um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e implementação na instituição.

Planejar envolve questionamentos sobre o que será feito, como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde será feito.

Toda a atividade de planejamento, por sua natureza, deverá resultar de ações presentes, tomadas a partir da análise do impacto das mesmas no futuro, característica esta que lhe confere uma dimensão temporal de alto significado.

A atual administração central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) assumiu, perante a comunidade interna e externa, um conjunto de compromissos, apresentado, em suas grandes linhas, em vários textos de amplo conhecimento da comunidade [Barreto e Gazolla, 1997]. Autonomia e ação política, graduação, recursos humanos, projeto saúde, projeto acadêmico, projeto cultural, relação com a sociedade e gestão institucional foram temas de cada um destes textos.

Várias das ações propostas foram desencadeadas, algumas delas já com resultados importantes. Dentre as diversas iniciativas, procurou-se, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, a elaboração de uma metodologia capaz de, adequadamente, programar as ações da administração central, a partir do projeto de gestão proposto e de uma análise ambiental, visando a implementação do planejamento estratégico participativo na instituição.

Quando se discute a elaboração e implementação do planejamento estratégico na UFMG, alguns aspectos devem ser destacados.

Em primeiro lugar, a necessidade de introdução de uma cultura institucional de planejamento evitando-se, dessa forma, que ações de planejamento sejam pautadas por rotinas comuns e que na agenda de seus dirigentes ocorra o predomínio da improvisação.

Em segundo lugar, a perspectiva da autonomia universitária, apontando para mudanças profundas na relação entre as instituições federais de ensino superior e o governo federal e para mudanças internas significativas.

Em terceiro lugar, a questão orçamentária cada vez mais crítica que exige o estabelecimento de um novo modelo de gestão dos recursos, definindo-se prioridades e institucionalizando-se a avaliação.

E, finalmente, a necessidade de observância dos princípios específicos, isto é, o planejamento deve ser participativo, coordenado, integrado e permanente.

Como já dito, pelo fato do planejamento estratégico ser um processo, o envolvimento de toda a comunidade é fundamental. Por outro lado, o sucesso do projeto está intimamente vinculado ao compromisso da alta direção da instituição com o mesmo. Nesse sentido, se tecnicamente o seu desenvolvimento estará associado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, a sua direção política estará associada ao Reitor.

III.2 Metodologia

Conforme já destacado, procurou-se, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, a elaboração de uma metodologia capaz de, adequadamente, programar as ações da administração central, a partir do projeto de gestão proposto e de uma análise ambiental, visando a implementação do planejamento estratégico participativo na instituição.

Tal metodologia pressupõe, em um primeiro momento, o levantamento, sistematização e organização das informações fundamentais para a definição do planejamento estratégico. Esta atividade vem sendo executada, a partir de setembro de 1998, tendo como referência as várias ações já desencadeadas pelos diversos órgãos da administração central (pró-reitorias, assessorias e outros), analisando-se o impacto interno e externo dessas ações, a evolução temporal das mesmas em função das estratégias definidas e das dificuldades observadas, a interdependência de várias delas, dentre outros aspectos.

No momento atual, pretende-se a organização de um seminário sobre planejamento estratégico, envolvendo a administração central, com os seguintes objetivos:

- nivelamento relativamente à técnica;
- discussão do ciclo de planejamento estratégico;
- definição da Missão da UFMG;
- análise dos principais problemas institucionais e avaliação dos diversos projetos já em andamento no âmbito de cada setor;
- definição dos parâmetros envolvidos em cada uma das cinco dimensões do planejamento: assunto abordado, elementos, tempo, células e características;
- desenvolvimento do ciclo de planejamento estratégico, detalhado no item IV, no nível central (análise ambiental, visão, questões estratégicas e ações).

Após o seminário, será desenvolvido o ciclo de planejamento estratégico nas células diretamente vinculadas à administração central (pró-reitorias, assessorias, outros órgãos). O recorte será feito em função do que for estabelecido no seminário.

A seguir, será feita a difusão junto às diversas células da instituição (unidades acadêmicas, departamentos, cursos, etc.) do projeto, estabelecendo-se os agentes facilitadores, o detalhamento da metodologia e o cronograma.

O ciclo de planejamento estratégico será, então, desenvolvido em cada uma das células institucionais, observando-se os princípios específicos de planejamento, já discutidos.

Dáí, todos os elementos serão consolidados, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, em um plano de ação de médio prazo (1999-2002). Serão estabelecidos indicadores de desempenho e estratégias de acompanhamento e avaliação das ações planejadas. O documento final desse processo, "Planejamento Estratégico na UFMG - 1998-2002", será amplamente divulgado, interna e externamente.

III.3 Cronograma

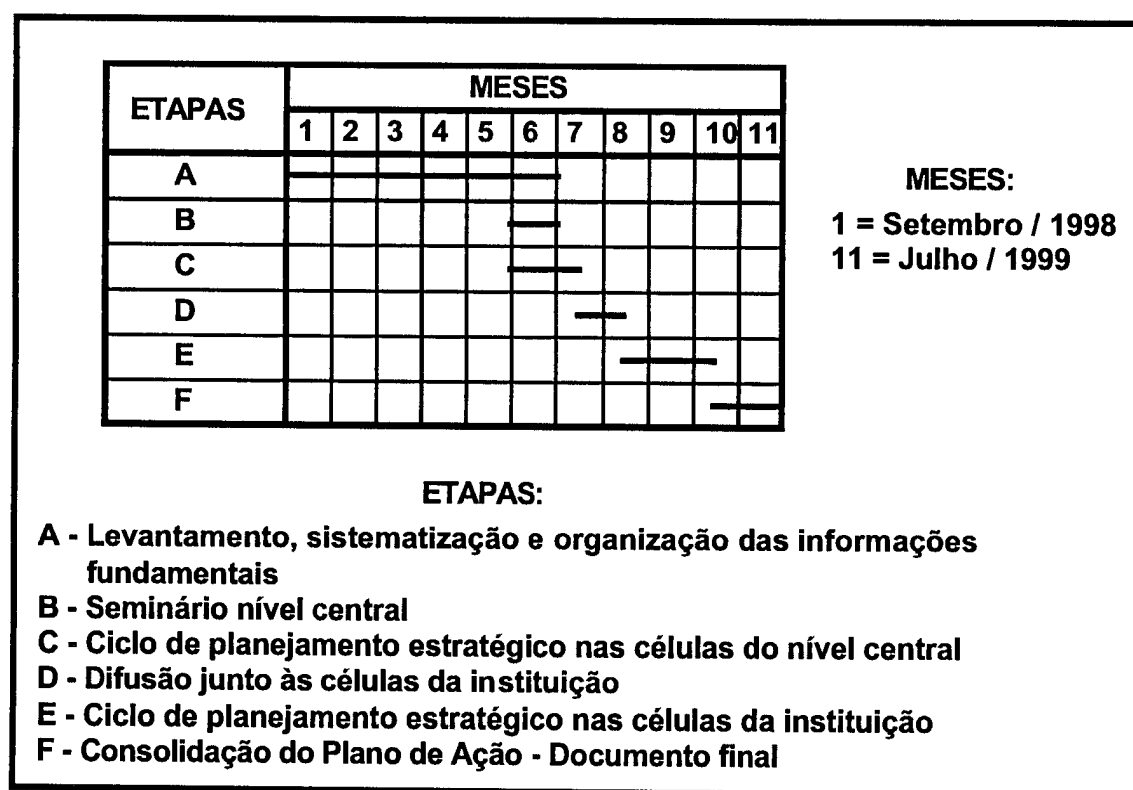


Figura III.1: Cronograma de elaboração e implementação do planejamento estratégico

III.4 Diagrama do Ciclo de Planejamento Estratégico

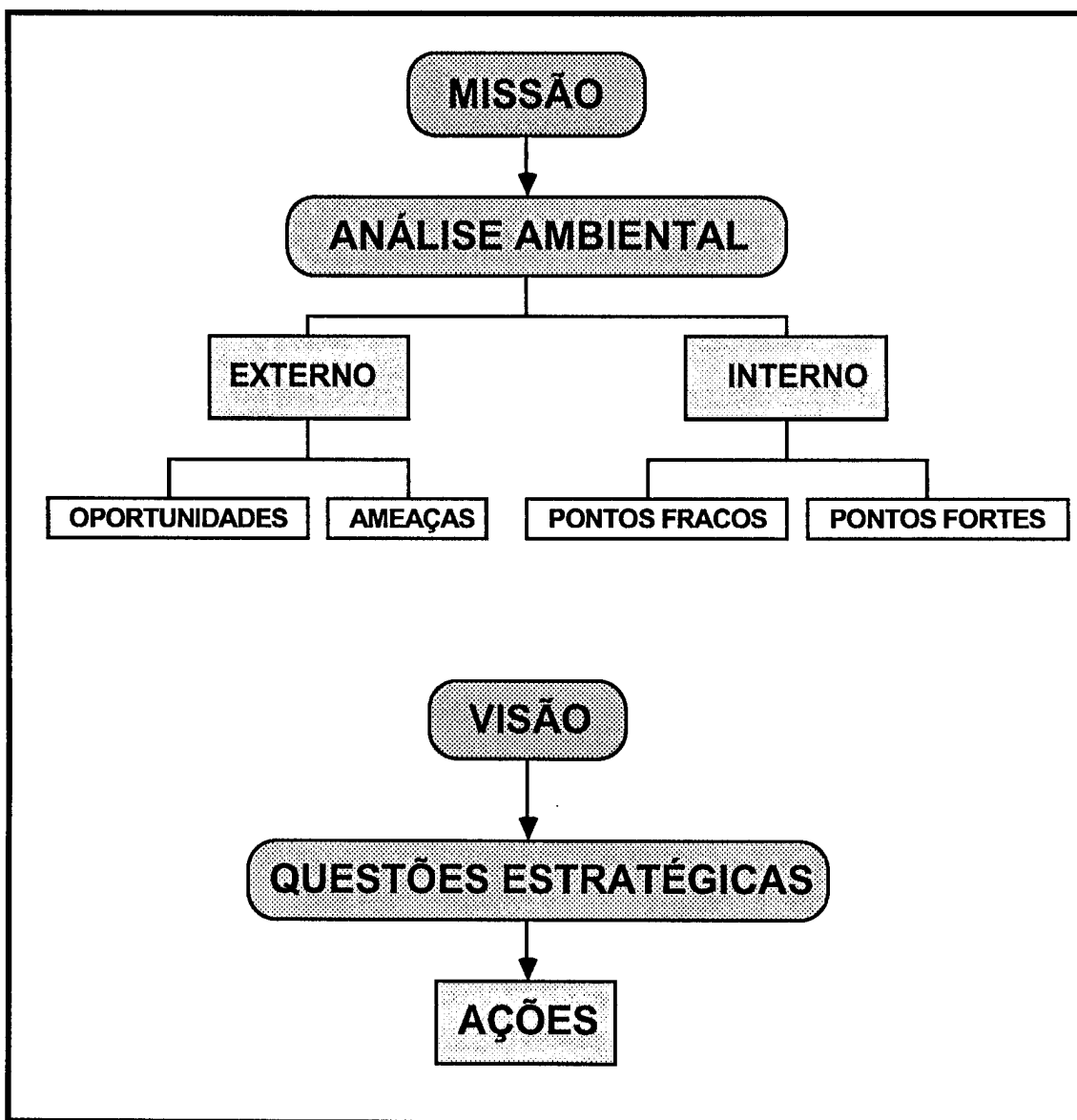


Figura IV.1: Diagrama do Ciclo de Planejamento Estratégico

A primeira parte desse ciclo deverá ser desenvolvida, em um primeiro momento, no âmbito da administração central, na etapa B do cronograma apresentado (Seminário nível central). Posteriormente, será objeto de discussão e aperfeiçoamento nas várias outras células institucionais (etapas C - Ciclo de planejamento estratégico nas células do nível central - e E - Ciclo de planejamento estratégico nas outras células da instituição).

A segunda parte do ciclo deverá ser desenvolvida, primeiramente, no nível central, com a visão sendo estabelecida na etapa B, tendo como referência o projeto de gestão do atual reitorado. Ainda na etapa B e, na sequência, mais detalhadamente, na etapa C, serão definidas as **questões estratégicas** e as **ações**, a partir da **visão** estabelecida.

Posteriormente, na etapa E, essa segunda parte do ciclo será desenvolvida pelas várias células institucionais, observando-se que as **questões estratégicas** e as **ações** aí definidas deverão, necessariamente, estar vinculadas com as **questões estratégicas** e as **ações** definidas nas etapas B e C.

III.5 Planejamento Estratégico na UFMG - Missão, Análise Ambiental e Visão

MISSÃO DA UFMG

GERAR E DIFUNDIR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL, INCLUINDO AQUELE ASSOCIADO A ÁREAS ESPECÍFICAS NÃO ATENDIDAS PELO SETOR PRIVADO, DESTACANDO-SE COMO INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NACIONAL, FORMANDO O INDIVÍDUO CRÍTICO E ÉTICO, COM UMA SÓLIDA BASE CIENTÍFICA E HUMANÍSTICA, COMPROMETIDO COM UMA INTERVENÇÃO TRANSFORMADORA NA SOCIEDADE E COM O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL E NACIONAL.

ANÁLISE AMBIENTAL

EXTERNO

Oportunidades

1. Autonomia: possibilidade de estabelecimento de políticas próprias de gestão administrativa, financeira e acadêmica
2. Credibilidade da UFMG junto às três esferas de governo
3. Avaliação institucional: acompanhamento do desempenho da instituição e estímulo à manutenção dos altos níveis de desempenho obtidos pela UFMG
4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): maior flexibilidade na organização institucional e na composição de seu projeto acadêmico

5. Gratificação de Estímulo à Docência (GED): mecanismo de avaliação individual com consequência financeira e acadêmica
6. Reforma administrativa: possibilidade de política de recursos humanos mais adequada à instituição
7. Sociedade do conhecimento: saber como recurso crítico para a sociedade em geral e, em particular, para as atividades empresariais
8. Rápido avanço tecnológico: valorização da formação básica
9. Maior permeabilidade do setor empresarial em relação ao estabelecimento de parcerias com a UFMG
10. Leis de incentivo e renúncia fiscal para atividades de pesquisa e culturais
11. Credibilidade da UFMG junto aos órgãos de fomento
12. Demanda por quadros titulados por parte de outras instituições de ensino
13. Articulação geopolítica com outras instituições nos níveis federal e estadual
14. Novas tecnologias de informação: possibilidade de ensino à distância, vantagem competitiva da UFMG, potencial de interiorização, ampliação do intercâmbio nacional e internacional
15. Possibilidade de parcerias internacionais: maior competitividade e ampliação das relações internacionais
16. Demanda por educação continuada
17. Parcerias com instituições do terceiro setor
18. Liderança no cenário das Instituições de Ensino Superior
19. Prestígio da UFMG junto à sociedade
20. Aumento do número de candidatos no Concurso Vestibular: possibilidade de crescimento da instituição e de captação de melhores alunos
21. Interiorização e nacionalização do Concurso Vestibular: maior visibilidade da UFMG em nível regional e nacional
22. Imprensa: divulgação de informação institucional e formação de opinião

Ameaças

1. Autonomia: indefinição do modelo
2. Recursos do tesouro decrescentes
3. Falta de mecanismos adequados para gestão de recursos humanos
4. Salários defasados
5. Política econômica recessiva
6. Restrição de concursos pelo Governo Federal
7. Políticas sociais e governamentais pontuais e não articuladas
8. Multiplicidade de interlocutores governamentais no nível federal
9. Desequilíbrio regional na distribuição de recursos para fomento
10. Indefinição na política de financiamento da pesquisa por parte das agências de fomento
11. Falta de articulação entre os vários programas de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico
12. Imagem negativa do servidor público junto à sociedade
13. Visão utilitarista e imediatista de parte do setor empresarial em relação à Universidade
14. Limitação e desvirtuamento dos instrumentos de avaliação institucional
15. Novas tecnologias de informação: aumento da competitividade e perda do monopólio da universidade no processo de produção e difusão do conhecimento
16. Distanciamento da opinião pública
17. Imprensa: preconceito em relação às instituições públicas, tratamento sensacionalista da informação, definição do critério de relevância da notícia

INTERNO

Pontos Fortes

1. Espaço físico e infra-estrutura dos *campi*: satisfatórios em vários aspectos
2. Planejamento físico consolidado

3. Solidez patrimonial
4. Infra-estrutura de informatização
5. Infra-estrutura laboratorial: adequada para a maioria dos cursos e programas
6. Patrimônio informacional organizado
7. Disponibilidade de uma massa de dados
8. Comprometimento do corpo docente e técnico-administrativo
9. Política de pessoal docente (CPPD/CEPE)
10. Qualificação/Titulação do corpo docente
11. Relação profissional da administração central com os sindicatos
12. Institucionalização da avaliação nos vários níveis
13. Abrangência das áreas do conhecimento
14. Administração colegiada: qualidade e legitimidade das decisões
15. Descentralização administrativa, orçamentária e financeira: atende as especificidades das unidades
16. Política de alocação de recursos: participativa e transparente
17. Visibilidade dos quadros dirigentes
18. Grau de maturidade institucional
19. Fundações: flexibilidade na administração de projetos
20. Novo Estatuto: flexibilidade institucional e instrumento de mudança
21. Qualidade global da instituição aferida nas diversas avaliações institucionais
22. Processo de flexibilização curricular da graduação
23. Política de bolsas acadêmicas
24. Processo seletivo no Concurso Vestibular
25. Qualidade do alunado
26. Diversidade nas formas de interação com a sociedade
27. Experiência internacional consolidada em algumas áreas: predomínio da exogenia no processo de qualificação docente
28. Abrangência da extensão universitária

29. Política de assistência estudantil

30. Hospital Universitário: qualidade da assistência, qualidade profissional, produção científica e integração com as atividades-fim da universidade

Pontos Fracos

1. Espaço físico e infra-estrutura dos *campi*: necessidade de intervenção permanente
2. Existência de unidades acadêmicas fora do *campus*
3. Parte significativa do patrimônio imóvel em situação irregular
4. Ociosidade na ocupação de espaço e utilização de infra-estrutura em alguns setores
5. Defasagem histórica na atividade de manutenção
6. Pequeno investimento em manutenção predial
7. Infra-estrutura laboratorial: inadequada em alguns cursos e programas
8. Aposentadoria precoce dos docentes e funcionários técnicos e administrativos
9. Defasagem no quadro de pessoal técnico
10. Falta de preparo gerencial dos dirigentes e da administração em geral
11. Política tímida de capacitação de funcionários técnicos e administrativos
12. Distribuição inadequada de recursos humanos entre unidades, departamentos e setores
13. Mecanismos deficientes de avaliação de funcionários técnicos e administrativos
14. Ausência de estímulo ao desempenho de funcionários técnicos e administrativos
15. Inexistência de política de complementação salarial
16. Corporativismo excessivo
17. Pouca percepção das políticas e prioridades institucionais por parte significativa dos docentes e funcionários técnicos e administrativos
18. Ausência de mecanismos eficazes para divulgação das políticas e prioridades institucionais
19. Falta de tradição de atenção aos clientes
20. Ausência de cultura de planejamento
21. Inexistência de uma política de comunicação social

22. Processos decisórios lentos
23. Presença restrita em nível nacional e internacional: representação externa aquém do potencial face à visibilidade da instituição
24. Resistência, por parte de alguns setores, em relação ao empresariado
25. Baixo grau de ações integradas entre os setores
26. Inexistência de um sistema de apuração de custos
27. Ausência de cultura de apropriação de custos
28. Desconhecimento das receitas globais da instituição
29. Sistema de tramitação e acompanhamento de convênios deficiente
30. Sistemas de informação fragmentados e deficientes
31. Ausência de política de utilização da massa crítica em projetos institucionais
32. Cultura internacionalista incipiente
33. Descentralização administrativa, orçamentária e financeira: necessidade de ampliação
34. Fundações: fragilidade dos mecanismos institucionais de controle e acompanhamento
35. Hospital Universitário: fragilidade do equilíbrio econômico-financeiro e do modelo gerencial
36. Pouco compartilhamento de infra-estrutura de equipamentos
37. Falta de maior interação entre áreas do conhecimento
38. Currículos muito extensos
39. Integração tímida entre graduação e pós-graduação
40. Programa de bolsas acadêmicas: necessidade de avaliação e revisão dos atuais programas
41. Baixo nível de titulação em algumas áreas
42. Ausência de programas multidisciplinares de pós-graduação
43. Ausência de política institucional de educação a distância
44. Ausência de política institucional para o desenvolvimento tecnológico
45. Não otimização dos horários de aula
46. Prestação de serviço não institucionalizada

VISÃO DA UFMG

GESTÃO

Gestão profissional, desburocratizada, ágil, descentralizada, participativa, transparente, pautada pelo planejamento, com mecanismos de avaliação, acompanhamento e apropriação de custos, e subsidiada com dados e indicadores abrangentes e confiáveis. Orçamento descentralizado vinculado com metas institucionais; racionalização de despesas e ampliação da receita.

RECURSOS HUMANOS

Política de recursos humanos estreitamente associada às metas institucionais: planos de carreira e remuneração atraentes e com a progressão baseada no desempenho e na capacitação; instrumentos de avaliação eficazes; mecanismos de remuneração diferenciada; programa permanente de capacitação; quadro funcional adequadamente dimensionado, profissional e com alta motivação. Boas condições de trabalho. Serviço eficiente e eficaz, com alta qualidade no atendimento do cliente.

INFRA-ESTRUTURA

Campi consolidados, infra-estrutura moderna e adequada, cultura de preservação e valorização ambiental, manutenção permanente do patrimônio.

ENSINO DE GRADUAÇÃO

Padrão internacional: integração com a pesquisa, pós-graduação e extensão; avaliação permanente; currículos contemporâneos e flexíveis, associados a práticas pedagógicas inovadoras. Vagas seletivamente ampliadas, localmente e à distância.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Padrão internacional, formador do pesquisador de vanguarda, localmente e à distância, inserido fortemente no desenvolvimento regional e integrado com o ensino de graduação; programas de especialização e mestrado profissional articulados a partir da competência em pesquisa; programas multidisciplinares.

PESQUISA

Internacionalmente competitiva, socialmente relevante, integrada com as atividades de ensino e de extensão, e com maior interação intra e interinstitucional entre grupos de pesquisa; infra-estrutura compartilhada.

EXTENSÃO

Institucionalizada, interprofissional e interdisciplinar, integrada ao ensino e à pesquisa, e indutora de desenvolvimento regional, com programas de referência nas áreas estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária. Serviços profissionais institucionalizados como atividades legítimas e enriquecedoras do ponto de vista acadêmico.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Conhecimento amplo e detalhado das necessidades da sociedade, em particular das organizações públicas e privadas, com a imagem institucional fortalecida e informações precisas e atualizadas, junto à sociedade, sobre as políticas, projetos, necessidades e contribuições da universidade. Comunicação fluida e permanente entre a Administração Central e a comunidade interna: políticas e prioridades amplamente divulgadas, aspirações e percepções sobre estas políticas devidamente identificadas.

IV. ATIVIDADES DE GESTÃO

IV.1 Proposta de Autonomia

Observa-se que a estrutura do ensino público de 3º grau no país é alicerçada basicamente, por um lado, no sistema estadual paulista, envolvendo as três instituições, e, por outro, no sistema federal, envolvendo as cinquenta e três instituições. É evidente a importância da manutenção do sistema federal de forma a garantir o desenvolvimento mais homogêneo das várias regiões do país. E a manutenção desse sistema passa necessariamente pela autonomia. Entretanto, diferentemente do sistema estadual paulista, composto de apenas três instituições, com níveis de desenvolvimento próximos, o sistema federal é complexo e apresenta grandes diferenças entre as diversas instituições. Um modelo de autonomia único, a ser implementado simultaneamente para todo o sistema federal, representa riscos sérios de falência desse sistema e pode ter como resultado a sobrevivência de apenas algumas instituições. Não obstante, a possibilidade de algumas instituições, em função de seu desenvolvimento e grau de maturidade, avançarem nesse processo, servindo, inclusive, de “laboratório” para todo o sistema representa a garantia de uma transição suave na direção da autonomia, assegurando-se a manutenção do sistema federal, tão fundamental para a sociedade brasileira.

É nesse contexto que se enquadra a proposta de autonomia que vem sendo discutida na UFMG. Uma proposta que tem por objetivo discutir e estabelecer as condições de contorno para a implantação imediata da autonomia na UFMG. Foram feitas várias reuniões envolvendo toda a equipe da administração central e como produto foram gerados três documentos para discussão intitulados: “Aspectos administrativos”, “Aspectos jurídico-organizatórios” e “Princípios para organização da carreira docente”. Esses documentos tratam tecnicamente a questão da autonomia, abordando os aspectos de gestão administrativa e orçamentário-financeira, jurídicos e de recursos humanos, apontando para uma série de ações internas necessárias como preparação para uma transição na direção da autonomia.

IV.2 Planejamento Físico

A Universidade de Minas Gerais foi fundada em 07 de setembro de 1927, a partir da reunião dos quatro institutos de ensino superior existentes em Belo Horizonte: Direito (criado em 1892), Medicina, Engenharia (criados em 1911), Odontologia e Farmácia (criados, respectivamente, em 1907 e 1911).

Permaneceu como instituição estadual até 17 de dezembro de 1949, quando foi federalizada. Nessa época, já haviam sido integradas à Universidade a Escola de Arquitetura (1944) e as Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia (1948). O nome atual - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - só foi adotado em 1965.

Na década de 40, foi incorporada ao patrimônio da Universidade uma grande área na região da Pampulha, para que fosse construída a Cidade Universitária. Inicialmente, foram construídos os prédios do Instituto de Mecânica (atual Colégio Técnico) e da Reitoria.

Prosseguindo em seu processo de expansão e diversificação, a UFMG incorporou e criou novas unidades e cursos: Escola de Enfermagem (1950), Escola de Veterinária (1961), Conservatório Mineiro de Música (1962), Escola de Belas Artes (1963) e Escola de Educação Física (1969).

Com a implantação da Reforma Universitária, em 1969, e com a aprovação de seu Plano de Reestruturação, a Universidade sofreu profunda alteração orgânica, principalmente no que se refere à estrutura do sistema de ensino. Data dessa época a criação dos Ciclos Básicos de Ciências Biológicas e Ciências Exatas, que surgiram com a fundação dos Institutos de Ciências Biológicas (ICB) e de Ciências Exatas (ICEx), em 1968.

Nesse ano, o desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia deu origem, além do ICB e do ICEx, ao Instituto de Geociências e às Faculdades de Educação e de Letras. O primeiro ciclo de Ciências Sociais, ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, só foi instituído em 1973.

A partir de década de 60, inicia-se a real implantação do *campus* da Pampulha, que conta hoje com dez unidades acadêmicas, a Escola de 1º Grau, o Colégio Técnico e todos os órgãos e setores da administração.

Em sua estrutura atual, a UFMG conta, ainda, com o *campus* da Saúde, localizado na região centro-sul da cidade, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Hospital das Clínicas. Espalhadas por diferentes bairros da cidade, a Universidade possui mais sete escolas e faculdades. Em sua infra-estrutura global conta, ainda, com cerca de mil laboratórios e salas de aulas práticas, um Hospital Universitário, duas fazendas experimentais e três biotérios.

O planejamento físico-territorial de uma universidade é o processo de conhecimento da forma com que a instituição se realiza no espaço: a sua espacialização. Esse conhecimento aponta para as ações que devem ser tomadas para a construção, remanejamento, reforma, reorganização, limpeza e conservação de edificações, e de sua infra-estrutura de operação. O planejamento físico, portanto, não pode estar dissociado das demais ações de planejamento que se efetivam nos planos acadêmico, administrativo e econômico, uma vez que pensar o *campus* é pensar a própria universidade no seu cotidiano vivido: o cotidiano que se inscreve no espaço e é por ele mediado.

O *campus*, em termos urbanísticos, enquadra-se no que Henri Lefebvre chama de “ideologia do zoning”, isto é, na crença de que possam existir microcosmos harmoniosos

sem conflitos e sem contradições, em oposição à cidade caótica e agitada, palco das desigualdades sociais.

A UFMG assumiu integralmente essa ideologia no momento em que preteriu uma área de sua propriedade, no bairro Santo Agostinho, em plena trama urbana de Belo Horizonte, para instalar-se na Pampulha que, naquela época, era uma região rural, ocupada por chácaras, sítios e casas de fim-de-semana. A Universidade preferiu a Pampulha para ficar isolada da cidade sem se dar conta de que estava acionando mecanismos que fatalmente trariam a cidade até ela para se beneficiar de sua presença, sem, necessariamente, beneficiá-la.

Implantar uma Universidade afastada da cidade - um *campus* - implicaria construir uma “cidade universitária”, nos moldes americanos. Implicaria, necessariamente, recriar toda uma infra-estrutura de apoio e serviços de que uma cidade dispõe: ruas, avenidas, praças, prefeitura, restaurantes, cantinas, comércio, bancos, postos de saúde, creches, etc..

A UFMG vem, ao longo das últimas quatro décadas, trabalhando no sentido da consolidação do *campus* da Pampulha, na perspectiva de que uma Universidade desse porte pode potencializar as suas atividades na medida em que as várias áreas do saber estiverem compartilhando o mesmo espaço físico.

No momento atual, evidencia-se a necessidade de uma ação ampla no sentido de transferir para o *campus* da Pampulha as unidades isoladas que ainda se encontram na região centro-sul de Belo Horizonte. Além do caráter integrador de tal ação, com todos os benefícios acadêmicos advindos, ela justifica-se por todas as limitações associadas a essas unidades (poluição sonora, poluição atmosférica, redes elétricas e hidráulicas saturadas, dentre outras), bem como pela completa impossibilidade de modernização acadêmica, face à limitação do espaço físico.

Nesse contexto, um projeto prioritário da atual gestão da UFMG diz respeito ao planejamento físico da Universidade, que envolve quatro projetos conduzidos ao longo de 1998: o Plano Diretor da UFMG, o Plano Plurianual de Metas (*Campus 2000*), o projeto de Consolidação do *Campus* da UFMG (protocolo MEC/BNDES) e o projeto de Regularização do Patrimônio Imóvel da UFMG.

Plano Diretor

Foi criada pela Portaria nº 2024, de 19 de maio de 1998, Comissão multidisciplinar responsável pela “Elaboração do Plano Diretor da Universidade Federal de Minas Gerais”. Tal comissão encaminhou, em fevereiro de 1999, à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, documento final para ser discutido e aprovado no Conselho Universitário.

Este documento estabelece princípios norteadores para a ocupação do *campus*, define áreas *aedificandi* e *non aedificandi*, sistema viário, utilização de áreas estratégicas, política de estacionamento, acessibilidade, e integração do *campus* com a cidade de Belo Horizonte.

Plano Plurianual de Metas (*Campus 2000*)

Coordenado pela Pró-Reitoria de Administração, este projeto envolve a elaboração de uma metodologia científica visando a construção de edificações no campus da Pampulha, propiciando uma melhor aproveitamento do espaço, uso de materiais mais modernos, redução do custo do metro quadrado e a conciliação entre o desejo do usuário, o projeto arquitetônico e o custo da obra.

O projeto foi iniciado em julho de 1998 e já foram elaborados os ante-projetos da Escola de Engenharia, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas, ampliação da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências, instalações do curso de fisioterapia e do curso de química. No momento, está sendo feita a modelagem sólida em 3-D, via computação gráfica, para aprovação final.

Projeto de Consolidação do *Campus* da UFMG (protocolo MEC/BNDES)

Este projeto se insere no Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior - Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior - Protocolo MEC/BNDES.

Visa a obtenção de financiamento para a consolidação do *campus* da Pampulha, com a transferência de unidades acadêmicas, hoje localizadas na região centro-sul da cidade, renovação e ampliação de edificações já localizadas no *campus* e melhoria da infra-estrutura dos *campi* da Pampulha e da Saúde. É solicitado um total de R\$ 51.595.000,00 (cinquenta e um milhões quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Em 08 de outubro de 1998, o projeto foi protocolado no Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para análise visando o seu enquadramento e aprovação nos termos do Edital.

Em 30 de outubro de 1998, o projeto foi aprovado, no âmbito do MEC, com a orientação de se buscar um agente financeiro do BNDES para o financiamento proposto.

Desde então, contatos têm sido feitos com agentes financeiros potenciais (Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, Banco Bandeirantes e Banco Real). Entretanto, face à Resolução do Banco Central do Brasil, N. 002461, de 26.12.97, tais agentes estão impossibilitados de efetuarem a operação financeira.

Em 10 de dezembro de 1998, o projeto foi protocolado junto à Área de Desenvolvimento Regional e Social do BNDES, em reunião do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG com o Chefe do Departamento do Trabalho e com a Gerente de Políticas Sociais do BNDES.

Recentemente, conforme contatos com o MEC, abriu-se a possibilidade de financiamento direto com o BNDES.

Regularização do Patrimônio Imóvel

Foi criada pela Portaria nº 01707, de 28 de abril de 1998, Comissão para "Regularização do Patrimônio Imóvel da UFMG", coordenada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento e envolvendo o Departamento de Planejamento Físico e Obras, o Departamento de Material e Patrimônio e a Procuradoria Jurídica.

Esta comissão fez um amplo trabalho de levantamento de todo o patrimônio imóvel da UFMG, identificando toda a situação legal, tributária, jurídica, física e de uso de cada imóvel. A partir deste trabalho, diversas ações já foram tomadas no sentido da regularização de todo o patrimônio.

IV.3 Manutenção Física

No que se refere à manutenção predial e de áreas verdes, foi estabelecida uma política, no âmbito da Pró-Reitoria de Administração, que tem como eixo duas ações: a recuperação da defasagem histórica na atividade de manutenção e o estabelecimento de uma atividade permanente de manutenção de tal forma a impedir a deterioração do patrimônio.

Em relação à primeira ação, foi feito um levantamento de toda a demanda de reformas e intervenções físicas diversas, necessárias em toda a universidade. Tal demanda foi devidamente qualificada, tendo como referência a Resolução 12/95 do Conselho Universitário, que estabelece os critérios de prioridade para obras e reformas. Para eliminação desse passivo, seriam necessários cerca de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Foram iniciadas as reformas segundo a ordem de prioridade estabelecida pela referida Resolução, totalizando, em 1998, investimento da ordem de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) nessa atividade.

Relativamente ao estabelecimento de uma atividade de manutenção permanente, em 1998 aumentou-se o investimento nessa área, do valor de menos de R\$ 1,00 (um real) por metro quadrado por ano, praticado em 1997, para R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos) por metro quadrado por ano. Além disso, foram feitos estudos visando a descentralização dessa atividade, mantendo-se centralizadas apenas aquelas intervenções com maior nível de complexidade. Tal descentralização já terá início em 1999. Estabeleceu-se, como meta, o crescimento gradual, como prioridade orçamentária, do investimento nessa atividade, chegando-se, em um prazo de quatro anos, a R\$ 10,00 (dez reais) por metro quadrado por ano, valor esse próximo ao praticado pela Universidade de São Paulo, considerada como a melhor no que tange à política de manutenção.

IV.4 Revisão dos contratos terceirizados / descentralização

Os Departamentos de Material e Patrimônio (DMP) e de Serviços Gerais (DSG) têm, por definição estatutária, a incumbência de licitar, contratar, gerenciar e supervisionar serviços inerentes à sua área de competência, assim como licitar e contratar outros materiais e serviços de interesse da Administração Central e dos demais Órgãos / Unidades (quando solicitado).

Ao longo dos anos, tem-se verificado que a centralização nem sempre demonstra eficiência e economia, mas, em alguns casos, em desperdício e descontrole, principalmente, em se tratando de serviços cuja demanda aumenta a cada dia em função, quase sempre, da ineficiência de quem atua na fiscalização ou no controle. O ideal seria a descentralização do orçamento e das contratações de serviços, caso as Unidades tivessem o pessoal técnico-administrativo especializado ou, pelo menos, mais experiente em licitar, contratar e acompanhar os contratos do ponto de vista formal, legal e econômico-financeiro.

Nesse sentido, duas ações importantes foram implementadas em 1998. Uma diz respeito à elaboração de um projeto para criação de um corpo de gestores universitários no âmbito das unidades acadêmicas. Este projeto, coordenado pela Assessoria Especial do Reitor para Recursos Humanos e com a participação da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, permitirá, já em 1999, a descentralização de uma série de atividades associadas à administração, em especial, no que tange às licitações e contratos.

A outra ação refere-se à revisão dos contratos de limpeza e conservação e vigilância, a partir de um estudo técnico criterioso conduzido pela Pró-Reitoria de Administração, que resultou

em economias de 8 e 20%, respectivamente, em 1998. Relativamente a esses itens de despesa, economias adicionais estão sendo estudadas e propostas, a partir de 1999.

IV.5 Gestão da Informação

A UFMG dispõe de uma massa significativa de dados gerenciais, acadêmicos e de pessoal, distribuída em vários sistemas de informação. Um desses sistemas, o INA (Informações Acadêmicas e Gerenciais), é extremamente importante no gerenciamento das atividades docentes no âmbito dos Departamentos. Entretanto, trata-se de um sistema ultrapassado, pouco flexível e que, face a várias adaptações que ocorreram ao longo dos anos, encontra-se totalmente saturado.

Ao longo de 1998 foi feita uma análise dos diversos sistemas de informação disponíveis na UFMG, paralelamente a toda uma discussão com os diversos setores geradores e usuários de informação. Foi, então, criada uma Comissão para desenvolvimento da base conceitual de um novo sistema de informação que tenha interface com os diversos sistemas específicos, tenha interface amigável, envolva informações gerenciais, acadêmicas e de pessoal, e que possa disponibilizar informações confiáveis e em tempo real.

Conforme cronograma de implantação, esse novo sistema estará disponível para testes no segundo semestre de 1999 e será definitivamente implantado no ano 2000, quando será, então criado, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, um Setor de Tratamento e Gestão da Informação.

IV.6 Reforma do Estatuto da UFMG

Tendo em vista a necessidade de adaptação do Estatuto da Universidade à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi aprovado, em 1998, pelo Conselho Universitário, o novo Estatuto da UFMG.

Toda a condução do processo levou em conta a perspectiva próxima da autonomia, sendo o Estatuto um instrumento importante no novo modelo. O documento aprovado garante maior flexibilidade institucional, além de servir como instrumento de mudança na estrutura organizacional da universidade.

IV.7 Hospital Universitário

Durante o ano de 1998, ocorreram mudanças importantes no Hospital das Clínicas (HC) da UFMG, envolvendo o equilíbrio orçamentário-financeiro, a estrutura gerencial e a qualidade da atividade de ensino, pesquisa e assistencial.

Mediante um trabalho conjunto da Administração Central da UFMG, através da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, com a Diretoria do Hospital, foi equacionada a situação financeira do HC. Em março de 1998, o Hospital apresentava uma dívida de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). Tal dívida foi sendo gradativamente reduzida, sendo totalmente liquidada em setembro, chegando-se, em dezembro com um superávit de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Se computada a dívida do Governo do Estado com o Hospital, esse superávit chegaria a mais de um milhão de reais. Este equilíbrio orçamentário-financeiro foi resultado de um trabalho de redução de despesas e aumento da receita.

Paralelamente, todos os indicadores do Hospital melhoraram, chegando-se, ao final de 1998, com o maior índice de produtividade entre os hospitais universitários do país (Relação Faturamento / Número de leitos). Tal dado torna-se ainda mais significativo considerando-se que o número de leitos passou de 205 (em março de 1998) para 447 (em dezembro de 1998).

Durante esse período, foi negociado com a Prefeitura de Belo Horizonte um Convênio Global que implica em uma ampliação significativa da atuação do HC junto ao Sistema Único de Saúde. Foi, também, iniciada a implantação de um sistema de informatização de última geração.

Do ponto de vista gerencial, várias mudanças ocorreram no sentido da maior eficiência, eliminação do sub-faturamento, menor índice de absenteísmo e maior motivação do quadro de funcionários. Ao final de 1998, foi finalizada a proposta de implantação das Unidades Funcionais, propiciando maior descentralização das atividades e maior co-responsabilidade dos vários níveis gerenciais.

Abaixo, são relacionados alguns dados do Hospital, referentes ao 2º semestre de 1998:

Área Física construída (em m²): 50.053

Corpo clínico: 1.116

Corpo de enfermagem: 831

Corpo de apoio: 1.291

Quantidade de médicos contratados: 96

Quantidade de docentes envolvidos: 465

Quantidade de alunos envolvidos: 2.330

Capacitação de recursos humanos:

√ Número de cursos: 09

√ Número de eventos: 03 seminários e 06 cursos de extensão

√ Número de servidores treinados: 247

Número de consultas ambulatoriais: 214.879

Número de atendimentos emergenciais: 56.688

Número de procedimentos cirúrgicos: 22.636

Número de partos: 1.714

Taxa de cesarianas: 42,47%

Número de leitos: 479

Número de internações: 11.532

Média de permanência: 6,05

Taxa de ocupação: 67,79%

Taxa de infecção hospitalar: 5,89

Faturamento / leito: R\$ 33.260,92

Número de exames: 568.014

V. ATIVIDADES DE GRADUAÇÃO

V.1 Flexibilização Curricular

Esse é o projeto prioritário da Câmara de Graduação e da Pró-Reitoria de Graduação. Consideramos essa proposta o eixo central de atuação para modernizar a formação de nossos alunos e para prover os fundamentos necessários para melhor utilização dos recursos da Universidade em relação à graduação. A principal ação desenvolvida durante o período foi a discussão do projeto com a comunidade: foram feitas pelo Pró-Reitor 33 apresentações do projeto, seguidas de discussões. Essas apresentações atingiram 15 das 19 unidades da UFMG. A recepção ao projeto tem sido ótima. No dia 01 de dezembro foi realizado, como parte da II Semana da Graduação, um Fórum sobre flexibilização, com três grupos de trabalho, onde foram sistematizadas algumas sugestões e críticas já feitas ao projeto. Como resultado das discussões já realizadas, a Câmara decidiu apresentar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), imediatamente, proposta que altera as Normas Acadêmicas em vigor, permitindo a implantação do que é denominado no projeto de "flexibilização horizontal". A Proposta de Resolução foi aprovada pelo CEPE em 10 de dezembro.

V.2 Novos Cursos

O CEPE e o Conselho Universitário aprovaram a criação dos cursos de Agronomia em Montes Claros (CEPE, 19.02.98; Conselho, 28.05.98, 40 vagas), Matemática Computacional (CEPE, 25.06.98; Conselho, 09.07.98, 20 vagas) e Artes Cênicas (CEPE, 02.07.98; Conselho, 09.07.98, 40 vagas). Com a criação desses cursos e a abertura do curso noturno de Biblioteconomia (CEPE, 11.12.97, 40 vagas), o número de vagas iniciais na graduação, isto é, oferecidas no Concurso Vestibular, passou de 3.877 para 4.017, representando um aumento de 3,6%.

V.3 Avaliação

Foi composta a Comissão Permanente de Avaliação, sob a presidência do Prof. Joel Lamounier, que retomou o processo de avaliação dos cursos de graduação. No segundo semestre (setembro a dezembro) foram avaliados, por comissões externas, onze cursos: Geologia (14 a 16.09), Física (21 a 23.09), Geografia (21 a 23.09), Engenharia Civil (23 a 25.09), Ciências Econômicas (23 a 25.09), História (04 a 06.11), Química (04 a 06.11), Belas Artes (09 a 11.11), Filosofia (16 a 18.11), Arquitetura (14 a 16.12) e Letras (14 a 16.12). Com esses, o total de cursos já avaliados passou a 23, de um total de 37 em condições de serem avaliados.

Foram, também, avaliados, por Comissões de Especialistas do MEC, os cursos que já se submeteram ao Provão: Direito (MB, MB, MB), Medicina Veterinária (MB, MB, MB), Odontologia (MB, MB, MB), Engenharia Civil (MB, MB, MB), Engenharia Química (B, B, MB) e Ciências Administrativas (MB, B, B). Os dados entre parênteses representam os conceitos relativos aos três conjuntos avaliados, com **B** representando "**Bom**" e **MB** representando "**Muito Bom**", sendo esse o melhor conceito na escala utilizada.

V.4 Outras Ações e Decisões

✓ Resolução CEPE 03/98 de 07.05.98: Dispõe sobre a matrícula de alunos refugiados políticos nos Cursos de Graduação da UFMG.

✓ Resolução CEPE 05/98 de 04.06.98: Dispõe sobre a regulamentação do intercâmbio acadêmico no âmbito da Graduação na UFMG.

✓ Coordenação do processo de apresentação de propostas para as Diretrizes Curriculares dos cursos superiores; todos os cursos de graduação da UFMG enviaram propostas ao MEC em 15.07.98.

✓ Criação do Forum de Coordenadores de Colegiados de Graduação.

✓ Contribuições ao processo de Reforma do Estatuto da UFMG

✓ Flexibilização Curricular: apresentação do projeto da UFMG nas seguintes universidades: Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal do Pará. O projeto foi apresentado também no Fórum de Pró-Reitores de Graduação (reunião nacional em Natal, abril de 1998 e reunião da Regional Sudeste, novembro de 1998).

✓ Participação no Programa de Deficientes da UFMG.

✓ Realização da Semana do Calouro (19 a 23.10).

✓ Realização, em conjunto com a CPPD, do Curso de Aprimoramento Docente (19 a 23.10), com a participação de 84 professores.

✓ Realização da Semana da Graduação (30.11 a 04.12)

✓ Produção das publicações sob a responsabilidade da Pró-Reitoria: Catálogo da Graduação, Guia Acadêmico, Mini-Catálogo da Graduação.

V.5 Bolsas de Graduação

Trata-se de um programa importante para a graduação, na medida em que permite que o aluno complemente a sua formação em atividades extra-classe. A UFMG mantém, para os alunos de graduação, os programas de Iniciação Científica (bolsas institucionais do CNPq e da FAPEMIG), Monitoria (orçamento da UFMG), Extensão (orçamento da UFMG), Trabalho (orçamento da UFMG), Programa Especial de Treinamento - PET (CAPES), Programa de Aprimoramento Discente - PAD (orçamento da UFMG) e Estágio (orçamento da UFMG e de fontes diversas).

Em 1998, o Programa de Bolsas totalizou cerca 2.000 bolsas, com aproximadamente 9.500 alunos envolvidos ao longo do ano.

VI. ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO

A UFMG, conforme avaliação da CAPES em 1998, relativa ao biênio 96/97, apresenta a melhor pós-graduação do país. Pelo levantamento, 29,41% dos seus 51 programas de pós-graduação avaliados situam-se na faixa mais elevada da escala de avaliação.

Em 1998, outros cursos da Universidade foram recomendados pela agência, passando a fazer parte do sistema de avaliação. São eles: Ciência da Informação, doutorado, conceito 4; Artes Visuais, mestrado, conceito 4; Engenharia Mecânica, doutorado, conceito 4; Estatística, mestrado, conceito 4; Genética, mestrado, conceito 3; e o Programa de Pós-Graduação em Letras que foi desmembrado em dois programas independentes: Letras Estudos Lingüísticos, conceito 5 e Letras Estudos Literários, conceito 6.

Um dos fatores que se destaca no desempenho da UFMG é a homogeneidade de seus cursos. Nenhum deles recebeu conceito 7 (excelência internacional), nenhum recebeu conceito 1 e apenas um recebeu conceito 2 (fraco). Onze cursos alcançaram o conceito 6 (excelência). A UFMG mostra grande diversidade no seu desenvolvimento acadêmico, tanto entre as áreas do conhecimento como entre programas de uma mesma área, demandando, assim, políticas diferenciadas para sua pós-graduação *stricto sensu*.

Programas com mestrado e doutorado consolidados, avaliados com nota 6, têm, em geral, corpo docente maduro, produção científica volumosa e financiamento significativo para atividades de pesquisa. A discussão de políticas colegiadas nesses programas se volta para temas como o incremento do fluxo discente, especialmente no doutorado, a passagem direta do mestrado para o doutorado, a participação de alunos em eventos de intercâmbio com professores estrangeiros, entre outros. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), junto com a Câmara de Pós-Graduação e os Colegiados envolvidos, tem traçado metas específicas, buscando atingir níveis de qualificação internacional. Assuntos como política de credenciamento de professores, distribuição mais homogênea da produção docente, participação da produção discente, disponibilidade de meios para publicação de resultados de teses, entre outros, têm sido debatidos abertamente na tentativa de se estimular a busca da excelência internacional.

Vivem momentos diferentes os programas com classificação 5. Os que têm cursos de mestrado e doutorado procuram uma consolidação do doutorado. A PRPG tem discutido aspectos relevantes nessa direção, como, por exemplo, políticas de admissão de alunos, o dilema qualidade versus quantidade, o problema da evasão. Além disso, a PRPG tem tido um papel importante na disseminação da experiência de cursos mais consolidados. Aqueles cursos com conceito 5 que possuem somente o mestrado, apresentam-se dentro de uma realidade não menos desafiadora: a criação do doutorado. Aqui tem sido importante a aplicação de toda a experiência acumulada na UFMG, estimulando-se a preparação dos projetos e proporcionando toda a assessoria necessária.

Abaixo, é apresentada uma síntese da Avaliação da CAPES, em 1998:

Conceitos	Nº de Mestrados	Nº de Programas Mestrado/Doutorado	Total, %
7	0	0	0
6	0	11	19,6
5	6	9	26,8
4	14	7	37,6
3	5	3	14,3
2	1	0	1,8
1	0	0	0
Total	26	29	100

A expansão de cursos e de vagas na pós-graduação reflete o aumento da qualificação do pessoal docente da Universidade. No momento, estão sendo elaborados os projetos de criação dos cursos de doutorado em Economia, Engenharia de Estruturas, História, Matemática, Psicologia, Saneamento, Saúde Pública, Ciência de Alimentos, Enfermagem, Geografia e Geologia.

A pós-graduação da UFMG deverá manter a tendência de crescimento registrada nos últimos anos, mas com um aspecto diferente: surgirão mais doutorados que mestrados. Ao invés de mestrados acadêmicos, a ênfase maior será sobre os programas profissionalizantes e os multidisciplinares. A evolução do ensino à distância também deverá contribuir para a expansão da pós-graduação na UFMG.

Em 1998, os cursos de especialização ofereceram 1.107 vagas e receberam 1.476 inscrições; 913 alunos foram selecionados; 1.444 alunos estavam regularmente matriculados e 410 concluíram os cursos no ano em tela.

Nos mestrados foram abertas 1.048 vagas e recebidas 2.872 inscrições; 827 candidatos foram selecionados; o número de matrículas regulares totalizou 2.576; houve 542 defesas de dissertação. Em 1998, foram concedidas, aos alunos de mestrado, um total de 725 bolsas (CAPES = 383; CNPq = 276; FAPEMIG = 75).

Nos doutorados foram abertas 382 vagas, disputadas por 419 inscritos; 269 alunos foram selecionados. Em 1998, 1.061 alunos estavam matriculados; 111 defenderam tese. Foram concedidas em total de 316 bolsas de doutorado (CAPES = 116; CNPq = 166; FAPEMIG = 34).

O índice de evasão nos cursos de pós-graduação da UFMG é relativamente baixo, situando-se, em 1998, em 5,2% para o mestrado e 3,9% para o doutorado.

VII. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As atividades da Pró-Reitoria de Extensão, em 1998, buscaram integrar-se às diretrizes gerais político-administrativas da UFMG e, particularmente, às diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária e Programa Universidade Cidadã, definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, nos níveis nacional e regional-sudeste.

Em linhas gerais, destacam-se os seguintes aspectos:

√ Planejamento dos programas, projetos e atividades, com definição de metas, estratégias e metodologias gerais, em sintonia com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento;

√ Reorientação orçamentária, com acompanhamento financeiro de programas e projetos em planilhas específicas; redimensionamento do programa de bolsas;

√ Descentralização das atividades de extensão através da consolidação dos Centros de Extensão (CENEX) das Unidades Acadêmicas, fortalecendo-os como instância político-administrativa do trabalho extensionista da UFMG;

√ Mapeamento dos diversos programas, projetos e atividades de extensão com vistas a uma maior aproximação segundo áreas estratégicas definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária.

Relativamente aos programas de ação social comunitária e aos programas de fomento, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

√ Programa Travessia - SETASCAD/MG (Secretaria Estadual do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente - foram realizados seis cursos, de 40h cada, para capacitação dos funcionários do Abrigo do Horto nas áreas de gestão e políticas públicas, desenvolvimento humano e redes sociais.

√ Programa Minas por Minas - Universidade Presente - SERVAS (Serviço Voluntário de Minas Gerais) - curso de Qualificação Profissional de Educador Infantil, em nível de ensino fundamental, visando instrumentalizar os funcionários das entidades de atendimento infanto/juvenil.

√ Programa Caixa de Brinquedos - Convênio UFMG/SERVAS - assessoria técnica para montagem de equipamento psico-pedagógico, visando montagem e implementação de um programa psico-pedagógico na área do brincar.

√ Projeto de Integração UFMG/FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) - levantamento preliminar na áreas de educação infantil, saúde e desenvolvimento social.

√ Polo de Formação, Qualificação e Educação Continuada de Recursos Humanos em Saúde da Família - elaboração de projeto.

√ Programa Comunidade Solidária: Universidade Solidária e Alfabetização Solidária - Coordenação geral dos programas “Alfabetização Solidária” (municípios de Maravilha e Mata Grande em Alagoas e Araçuaí em Minas Gerais) e “Comunidade Solidária”.

√ Programas de Apoio a Projetos de Extensão e de Bolsas de Extensão - institucionalização dos programas de extensão.

✓ Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha - desenvolvimento de vários projetos, agrupados em quatro áreas: Expansão e Consolidação da UFMG na região, Promoção da Cidadania, Democratização e Cultura, Promoção da Saúde, Qualidade de Vida e Meio Ambiente e Por um Novo Paradigma para o Desenvolvimento Regional.

✓ Programa de Apoio a Publicação de Manuais e Cartilhas - foram publicados, em 1998, dez títulos

Relativamente aos programas artístico-culturais, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

✓ Políticas de Acervos - instituída comissão para elaborar uma política de preservação de acervos documentais, patrimoniais e artísticos, criação do Centro Regional de Pesquisa Histórica em Tiradentes (MG), elaboração de projetos de reformas de prédios do acervo de Tiradentes e organização do escritório local da Fundação Rodrigo Mello Franco Andrade.

✓ Interiorização das Ações Culturais no Estado de Minas Gerais - ações diversas nas cidades de Tiradentes e Diamantina (MG): estudo de demanda, organização e montagem de exposições.

✓ Articulação dos Programas / Projetos da Área Cultural realizados na UFMG.

✓ Festival de Inverno da UFMG - realizado o 30º Festival de Inverno da UFMG, em Ouro Preto (MG) - oferecidos 65 cursos e oficinas para 1.347 alunos e 97 eventos para um público estimado de 88.000 pessoas. Elaboração do projeto do 31º Festival de Inverno, a ser realizado em 1999.

✓ Prêmio Minas de Cultura - realizado em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, foram recebidas 3.432 inscrições para as categorias romance ou novela, literatura infantil, ensaio, contos, dramaturgia e poesia.

✓ Prêmio de Habitação Popular Caixa Econômica Federal / UFMG - recepção dos projetos e organização da comissão julgadora.

✓ Conferência Internacional: A Arte de Elizabeth Bishop - iniciada a preparação do evento a ser realizado em 1999, em Ouro Preto (MG).

A análise das atividades desenvolvidas, em 1998, pela área de extensão da UFMG, dá uma perspectiva da abrangência do trabalho e do caráter fortemente social do mesmo. Um aspecto relevante, que tem sido discutido, é a ausência de indicadores de avaliação da qualidade desse trabalho. Isso tem sido um dos pontos abordados no Projeto de Avaliação Institucional, ora em desenvolvimento no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Outro aspecto associado à extensão refere-se à necessidade de institucionalização da prestação de serviços como atividade importante do projeto acadêmico da instituição.

VIII. ATIVIDADES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Em relação à área de Recursos Humanos, foi criada em 1998, a Assessoria Especial do Reitor para Recursos Humanos que se transformará, regimentalmente em Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

Nesse sentido, em 1998, foi elaborada a proposta de estrutura dessa Pró-Reitoria. Dentre as várias atividades desenvolvidas no setor, destacam-se:

- √ Proposta de Reestruturação do Departamento de Pessoal (DP), envolvendo a rediscussão de seu funcionamento de estrutura e a racionalização de procedimentos.
- √ Levantamento de informações relativas a pessoal na Administração Central, racionalizando-se a estrutura básica de Funções Gratificadas (Fgs) para Pró-Reitorias e Assessorias.
- √ Modificação dos procedimentos adotados para decisão de questões relativas ao quadro de pessoal técnico e administrativo, cruz vermelha e bolsistas nas unidades acadêmicas - tal ação foi importante no sentido de uma mudança cultural no que diz respeito à distribuição da força de trabalho na instituição, através da criação de indicadores e parâmetros, transparência no processo de alocação de vagas e redução de quadro de pessoal.
- √ Treinamento e Capacitação - foi criada uma comissão visando modificar o patamar do Programa de Capacitação de Servidores Técnicos e Administrativos. Em 1998, foram capacitados 1.231 servidores, em áreas diversas. Além disso, foi elaborado o “Projeto Especial de Formação de Gestores Universitários: Estratégia e Ações Gerenciais” que tem por objetivo básico a formação de um corpo de gestores universitários nas diversas unidades acadêmicas, aumento da competência gerencial tanto no nível estratégico quanto no nível intermediário.
- √ Sistema de Atenção à Saúde do Trabalhador - elaboração de uma proposta cuja abordagem se baseia na prevenção e proteção à saúde do trabalhador, permitindo, ainda, o atendimento a intercorrências agudas no ambiente de trabalho. Englobará exame médico periódico, medidas de proteção no ambiente de trabalho, prevenção de lesões, atendimentos na área de fisioterapia e terapia ocupacional, vinculados aos projetos acadêmicos dos alunos nessas áreas.
- √ Ações relativas ao Projeto de Autonomia da UFMG - elaborado documento relativo à questão de recursos humanos em um ambiente de autonomia, incluindo diretrizes para uma carreira docente. Atualmente, estão sendo elaboradas as diretrizes para uma carreira de funcionários técnicos e administrativos.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na Introdução, no presente documento procurou-se, de forma objetiva, estabelecer os aspectos principais associados ao plano de metas dessa nova gestão, destacando-se as várias ações implementadas em 1998, com uma análise crítica dos resultados já alcançados.

Todas essas atividades estão suficientemente detalhadas em documentos específicos dos diversos setores da Administração Central, que poderão, se solicitados, serem disponibilizados como anexo a esse Relatório.

No presente momento, o Planejamento Estratégico está sendo conduzido na Instituição, garantindo uma organicidade a todas as ações desenvolvidas, uma análise crítica da gestão e a formulação de uma visão que permita o cumprimento da Missão da Universidade Federal de Minas Gerais, interpretada pela atual gestão no texto à página 7 deste documento.

Belo Horizonte, 26 de abril de 1999.

Roberto Fernando de Souza Freitas
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Universidade Federal de Minas Gerais